



Térmo de convênio que celebram o governo federal e a Prefeitura Municipal de Iba, Estado de Minas Gerais, para aplicação dos recursos federais consignados no orçamento geral da União para 1968 sob a rubrica 4.3.2.0 - programa 252.1.0501.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

CLÁUSULA SEGUNDA:

CLÁUSULA TERCEIRA:

CLÁUSULA QUARTA:

II-A prestação de contas dos recursos recebidos será feita pelo Prefeito Municipal, de conformidade com o disposto no Código de Contabilidade Pública da União, observando o que dispõe o parágrafo 5º do artigo 13 da Cons



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Nº.

ASSUNTO

SERVIÇO

tituição do Brasil e o artigo 1º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, bem como os critérios estabelecidos pela Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação.

Parágrafo Primeiro - O Prefeito Municipal obriga-se a contabilizar no órgão competente da Municipalidade a importância a que se refere o presente Convênio, bem como dar fiel cumprimento às disposições do Decreto nº 57662, de 24 de janeiro de 1966, e da Lei nº 5456, de 20 de junho de 1968.

Parágrafo Segundo - Os bens patrimoniais decorrentes dos recursos do Plano Nacional de Educação serão inventariados ou cadastrados em serviço próprio da Prefeitura Municipal de Ubá - MG, não podendo ser doados, cedidos ou transferidos a terceiros, nem do seu uso poderá auferir lucros ou vantagens a referida Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUINTA:

A Prefeitura Municipal de Ubá - Minas Gerais obriga-se a destinar os prédios a serem construídos por conta dos recursos deste Convênio exclusivamente para manutenção de curso primário gratuito, bem como a dar ampla divulgação dos termos do presente Convênio, mencionando a responsabilidade solidária da União sempre que se tratar de obras, equipamentos e serviços custeados, total ou parcialmente, com recursos federais.

CLÁUSULA SEXTA:

É Atribuição do Ministério da Educação e Cultura, através da Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação, realizar a auditoria, inclusive contábil, a fim de verificar a aplicação dos recursos conferidos a Prefeitura Municipal de Ubá - MG, nos termos deste Convênio, bem como prestar assessoramento na elaboração e execução do Plano de Aplicação e Prestação de Contas quando for solicitado.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O não cumprimento por parte da supramencionada Prefeitura Municipal das obrigações decorrentes do Presente Convênio no valor de NCr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros novos) implicará em suspensão imediata deste, ficando o Ministério da Educação e Cultura desobrigado de qualquer compromisso assumido pelo Prefeito Municipal, por conta dos recursos deste Convênio, sendo providenciados o imediato bloqueio dos recursos em depósito no Banco do Brasil S.A, e consequente anulação com o vínculo da impossibilidade de assinatura pela Pref. Municipal acima citada de quaisquer Convênios com o Ministério da Educação e Cultura, mediante determinação do Ministro de Estado, bem como as medidas prescritas do Decreto-lei nº 201, de 27 de janeiro de 1967.

CLÁUSULA OITAVA:

Fica eleito o Foro da Capital Federal para dirimir as dúvidas que se originarem na execução deste Convênio. E, por estarem acordes, lavrou-se o presente Termo, que vai assinado pelas partes interessadas e pelas testemunhas abaixo.

TESTEMUNHAS:

TARSO DUTRA

p.p. LEVINDO OZANAM COELHO